

Ofício n.º 473/2025 – ADM

Uruguaiana, 01 de dezembro de 2025.

À
Câmara Municipal de Vereadores
Exmo. Sr. Presidente
Joaclci Alves Gonçalves
Nesta cidade

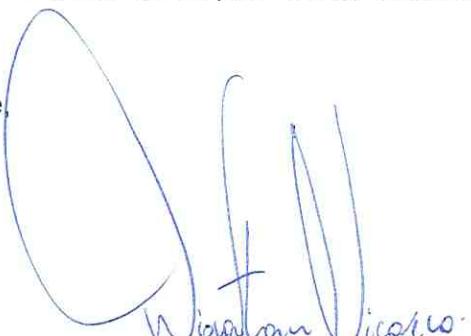
Exmo. Sr. Presidente,

O HOSPITAL SANTA CASA DE URUGUAIANA, inscrita no CNPJ nº 98.416.225/0001-28, representada por seu Gestor Administrativo abaixo assinado, vem, por meio deste, comunicar o recebimento dos recursos financeiros oriundos do Convênio FPE nº 4200/2024, firmado com o Estado do Rio Grande do Sul, cujo objeto consiste na reforma das áreas do Centro de Diagnóstico por Imagem, Ambulatório e Passarela de Acesso Externo, em atendimento ao item 19 da cláusula sétima do referido Convênio e ao Art. 31 da Instrução Normativa nº 06/16 da CAGE/RS.

O Prazo inicial de vigência da execução do referido Convênio fora fixado em 12 meses, a contar de 06/12/2024, sendo que as obras ainda se encontram em andamento, se mostrando necessário a prorrogação de tal prazo, pedido este que já está tramitando junto ao órgão responsável, sendo um dos pré-requisitos a comprovação da ciência deste Poder Legislativo quanto a existência do presente Convênio e da liberação dos recursos, para que viabilize o acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas.

Sem mais, manifestamos nossos protestos de elevada consideração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Dionathan da Silveira Nicorena
Santa Casa de Uruguaiana
Gestor Administrativo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO – INFORMAÇÃO AGEPLAN Nº 530/2025

Informamos que o repasse de recurso descrito a seguir tem o seu prazo de vencimento em **06/12/2025**.

Solicitamos a manifestação do proponente, **por ofício**, quanto a situação do objeto, se concluído ou inconcluído. Não estando este concluído, solicita-se manifesto, no corpo do ofício, sobre a necessidade (ou não necessidade) de prorrogação do prazo, **informando os motivos e o período da prorrogação**, se porventura for necessária à conclusão do objeto.

IDENTIFICAÇÃO E DADOS GERAIS	
PROCESSO	21/2000-0134785-0
MUNICÍPIO	Uruguaiana
ESTABELECIMENTO	Santa Casa de Uruguaiana
MACRORREGIÃO	Centro-Oeste
CRS	10º CRS
ORIGEM PROA	Avançar 2
INSTRUMENTO REPASSE	Convênio
INFORMAÇÃO OBJETO	
TIPO DE OBJETO	OBJETO
OBRAS	Reforma das Unidades de Imagenologia e Ambulatório, além da passarela de acesso externo
VALOR	R\$ 1.293.287,70
Nº INSTRUMENTO 4200/2024	

Para solicitação de prorrogação, o convenente deverá fornecer os itens listados a seguir:

- 1) Referido ofício;
- 2) Extrato bancário atualizado;
- 3) Comprovante da emissão e da data de entrega da notificação de ciência do recebimento do recurso ao **Conselho Municipal de Saúde**, conforme preconizado no item 7, da Cláusula Sétima do convênio;
- 4) Comprovante da emissão e da data de entrega da notificação de ciência do recebimento do recurso à **Câmara Municipal de Vereadores**, conforme preconizado no item 7, da Cláusula Sétima do convênio.

Assim como a 10º CRS:

- 1) Parecer de fiscal de convênios **de Obras da 10º CRS** quanto à viabilidade de prorrogação do prazo, **com ciência da coordenação** e indicação clara da situação/andamento atual do objeto/obra;
- 2) Manifestação conclusiva de fiscal designado, com registro no FPE, sobre a atualização do convênio sob sua responsabilidade no Sistema de Monitoramento de Convênios. Caso não esteja atualizado, providenciar junto ao convenente tal atualização antes da referida manifestação.

Visto possíveis inconsistências referentes aos **Fiscais de Obras**, encaminhe-se, inicialmente, **ao DA** e, posteriormente, **à 10º CRS** para o atendimento às demandas supracitadas.

Por fim, retorne o processo a AGEP/NGI.

Att.

Felipe Dotto de Moraes
AGEPLAN – SES/RS
Especialista em Infraestrutura – Arquiteto
ID 4469720



Porto Alegre, quarta-feira, 10 de setembro de 2025.



21200001347850

Nome do documento: 530_SC_Uruguaiana_10_09_2025.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
FELIPE DOTTO DE MORAES	SES / AGEPE-GEREC / 4469720	10/09/2025 15:00:06
Marilia Canterle Gonçalves	SES / AGEPE-GEREC / 3714497	10/09/2025 16:05:22
Cristiane Fischer Achutti	SES / AGEPE-DIREÇÃO / 3198030	10/09/2025 19:17:50





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

versão 1.0 01/03

TERMO DE CONVÊNIO
- OBRAS -

FPE nº 4200/2024

CONVÊNIO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE, E
SANTA CASA DE CARIDADE DE URUGUAIANA –
SANTA CASA DE URUGUAIANA, MUNICÍPIO DE
URUGUAIANA, PERTENCENTE A 10ª CRS,
OBJETIVANDO E REFORMA DAS ÁREAS DO
CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM,
AMBULATÓRIO E PASSARELA DE ACESSO
EXTERNO, CONFORME PROCESSO Nº 21/2000-
0134785-0.

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 1501, 6º andar, nesta capital, inscrita no CNPJ sob o nº 87.958.625/0001-49, representada neste ato por sua titular, ARITA GILDA HUBNER BERGMANN, portadora da Carteira de Identidade nº 1002685004, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 259.568.330-68, doravante denominado **CONCEDENTE**, e SANTA CASA DE CARIDADE DE URUGUAIANA - SANTA CASA DE URUGUAIANA, com sede na Rua Domingos de Almeida, nº 3801, no Município de Uruguaiana/RS, CEP 97.502-765, inscrito no CNPJ sob o nº 98.416.225/0001-28, doravante denominado **CONVENENTE**, representado neste ato por sua Gestora Administrativa, Sra. THAIS BRANDOLT ARAMBURU, portadora da Carteira de Identidade nº 4004197127, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 451.312.870-49, com base na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Instrução Normativa CAGE nº 06, de 27 de dezembro de 2016¹, celebram o presente CONVÊNIO ADMINISTRATIVO, nos termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto **REFORMA DAS ÁREAS DO CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, AMBULATÓRIO E PASSARELA DE ACESSO EXTERNO**, de acordo com o Plano de Trabalho que é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

O objeto deste Convênio será executado de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelas partes; com as cláusulas deste instrumento e com a IN CAGE nº 06/2016; e será acompanhado e fiscalizado de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

¹ A referida norma encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br> (Áreas: CAGE)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

versão 1.0 2024

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário, com empenho gravado sob o nº 24006553371 e 24006553385, datados de 14/11/2024.

Unidade Orçamentária: 20.95

Projeto/Atividade: 3088

Subtítulo: 11153

Natureza da Despesa: 3.3.50.43. / 4.4.50.42.

Rubrica: 4301 / 4202

Valor: R\$ 1.098.122,48 / R\$ 195.165,22

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para consecução do objeto o CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE R\$ 1.293.287,70, liberado(s) em uma parcela, após a publicação do presente convênio.

Parágrafo único. Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta específica da agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta esta vinculada e identificada pelo número e nome do presente convênio, a qual será movimentada pela CONVENENTE exclusivamente para fins deste convênio, visando ao pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho ou para aplicação financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

Em caso de insuficiência dos recursos previstos na Cláusula Quarta para execução do objeto do presente convênio, o convenente deverá complementar o valor com recursos próprios, em forma de contrapartida.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento o CONCEDENTE deve realizar as obrigações essenciais elencadas na IN CAGE 06/2016, dentre as quais destacam-se:

1. Designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente para fiscalizar a execução do presente convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado prejuízos aos objetivos e metas estabelecidas;

2. Exigir as prestações de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento e na legislação em vigor, a imediata apresentação dos documentos comprobatórios da execução do convênio ou a devolução dos valores transferidos, devidamente atualizados, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial, se houver dano ao erário;

3. Analisar e emitir, tempestivamente, parecer sobre a regularidade das contas e da execução do convênio;

4. Receber o objeto do convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução;

5. No caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, bem como a execução do convênio, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

Vara do Juiz 107170

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, o CONVENENTE deve realizar as obrigações essenciais elencadas na IN CAGE 06/2016, dentre os quais destacam-se:

1. Executar o objeto conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
2. Manter e movimentar os recursos financeiros recebidos na conta bancária específica, gerada pelo sistema FPE e informada ao concedente pelo e-mail indicado no Plano de Trabalho aprovado;
3. Aplicar os saldos do convênio, enquanto não utilizados, em modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;
4. Aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do convênio, destacando-os no relatório e demonstrativos da prestação de contas, vedado o uso para ampliação ou acréscimo de metas ao Plano de Trabalho pactuado;
5. Designar, servidores ou empregados para atuarem como titular e suplente no acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos;
6. , o recebimento dos materiais adquiridos ou da prestação de serviços;
7. Concluir o objeto conveniado, ainda que extinto o prazo de execução, e que os recursos previstos no convênio sejam insuficientes para a sua conclusão, sob pena de resarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;
8. Em caso de repasse parcelado dos recursos, conforme a previsão da Cláusula Quarta, apresentar Prestação de Contas Parcial, demonstrando o cumprimento de etapa ou fase anterior, como condição para liberação da parcela subsequente não se aplica o presente item ao caso de repasse financeiro em parcela única;
9. Apresentar Prestação de Contas Final dos recursos recebidos, obedecidas as disposições deste instrumento e da IN CAGE nº 06/16;
10. Por ocasião da prestação de contas ou da extinção do convênio, devolver os saldos do convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras, que não tiverem sido aplicados no objeto ou cuja regularidade da aplicação não restar comprovada;
 - 10.1 Quando houver contrapartida aprovada no Plano de Trabalho, deverá ser observada a proporcionalidade entre a contrapartida pactuada e o valor repassado pelo CONCEDENTE.
11. Devolver os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legais cabíveis, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras, no caso da extinção antecipada do convênio;
12. Divulgar em seu sítio eletrônico, em local de fácil acesso, as informações referentes a valores devolvidos, identificando o número do convênio e o nome do convenente, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento.
13. Garantir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;
14. Comunicar, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo CONCEDENTE;
15. Manter as informações cadastrais atualizadas durante a vigência do convênio;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

Versão 1.0/2020

16. Designar responsável técnico e providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa às obras ou aos serviços de engenharia, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para projetos, obras ou serviços técnicos de arquitetura e urbanismo; e

17. Identificar o produto da obra, em local visível aos usuários, conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul, conforme link <https://saude.rs.gov.br/identidade-visual>;

18. Registrar, as informações referentes à execução dos convênios no Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos até o dia quinze do mês seguinte, na forma estabelecida no Decreto Estadual nº 56.939, de 20 de março de 2023 e suas alterações;

19. Notificar, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após a liberação da primeira parcela ou do repasse único dos recursos financeiros, o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver

20. CONVENENTE entidade pública, obriga-se, ainda, a:

20.1. Publicar o instrumento convocatório de licitação no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da primeira parcela ou da parcela única.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de **12 meses**, a contar da data da publicação da súmula no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A eficácia do presente convênio fica condicionada à publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que haja manifestação do fiscal do convênio, e que a CONVENENTE apresente:

a) os motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução e o prazo de prorrogação solicitado;

b) as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativa para o atraso;

c) extrato da conta corrente bancária específica;

d) descrição detalhada dos itens do Plano de Trabalho que já tenham sido executados, assim como daqueles que ainda o serão, contendo a porcentagem da execução do objeto e a porcentagem dos valores já realizados;

e) levantamento fotográfico da execução da obra.

f) em se tratando de COVENENTE entidade pública, também deverá apresentar:

f.1) comprovante da emissão e da data de entrega da notificação descrita na Cláusula Sétima;

f.2) comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens porventura adquiridos, produzidos, transformados, construídos, reformados ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

versão 03/2020

ampliados com recursos oriundos deste Convênio e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção serão de propriedade do **CONVENENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do convênio será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver designação do Fiscal do Convênio e respectivo suplente por meio de Portaria do titular do CONCEDENTE.

Parágrafo único. O CONCEDENTE terá o prazo de até 10 (dez) dias para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, Portaria publicada no DOE designando o substituto de Fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE** realizará a prestação de contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias contados na forma prevista no art. 33 da IN nº 06/16 da CAGE, em conformidade com a legislação vigente, ficando vedada a apresentação de documentos e despesas com data diversa do período de vigência.

§ 1º No caso de Prestação de Contas **Parcial**, em face do repasse financeiro em mais de uma parcela, deverá conter os documentos elencados no art. 34 da IN CAGE nº 06/16, dentre os quais se destacam os registros fotográficos dos bens porventura, produzidos ou construídos à conta do convênio e o Boletim de Medição.

§ 2º A Prestação de Contas **Final** deverá conter os documentos mencionados no art. 35 da IN CAGE nº 06/16, dentre os quais destacam-se:

a) Relatório de execução físico-financeira, evidenciando as etapas físicas e os valores correspondentes à conta de cada participante, ou quando se tratar de obra não concluída, Termo de Compatibilidade Físico-Financeira, que demonstre a situação física da obra em relação aos recursos repassados;

b) Relatório da realização de objetivos e metas avençadas, acompanhado dos elementos necessários à comprovação do cumprimento do objeto do convênio, através da emissão de Termo de Conclusão da obra ou de recebimento definitivo, emitido pela equipe ou pelo órgão estadual competente;

c) Certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, na forma da legislação em vigor e o documento hábil expedido pelo Poder Público Municipal em relação à liberação da obra para uso e utilização, em observância aos fins autorizados, quando for o caso;

d) Fotografias dos bens construídos à conta do convênio; e

e) Fotografias da identificação do produto da obra conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3º Os documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas devem:

a) ser emitidos em nome do **CONVENENTE**, com identificação do número e nome do respectivo convênio, e, em caso de entidade pública, deverá conter também o número do procedimento licitatório realizado, e do contrato firmado; e

b) conter ateste, efetuado por empregado ou, em caso de entidade pública, servidor competente devidamente identificado, do recebimento de materiais e/ou da prestação de serviços.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES**

Versão 1.0 (2020)

§ 4º Estarão sujeitas à glosa as despesas cujos documentos fiscais não atenderem ao disposto no Parágrafo Terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado por iniciativa das partes a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pelos motivos previstos no art. 38 da IN CAGE nº 06/16.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado, nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 112/16/PGE. Em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo as partes, para tanto, o foro da Comarca de Porto Alegre.

E, por estarem justos e acertados, os partícipes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

ARITA GILDA HÜBNER BERGMANN,
Secretaria da Saúde

THAIS BRANDOLT ARAMBURU,
Santa Casa de Caridade de Uruguaiana –
Santa Casa de Uruguaiana

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____

Nome:
CPF:

2) Assinatura _____

Nome:
CPF: